

Souza, José Antônio de Camargo R. de; BAYONA AZNAR, Bernardo (2016). *Igreja e Estado: Teorias Políticas e Relações de Poder no Tempo de Bonifácio VIII (1294-1303) e João XXII (1316-1334)*. Braga: Axioma, 427 pp., ISBN 978-972-697-252-5/DOI; 10.17990/Axi/2016_9789726972518.

Os professores José Antônio de Camargo R. de Souza, Un. Federal de Goiás/Un. do Porto e Bernardo Bayona Aznar/Un. Zaragoza, juntamente com os investigadores Gregorio Piaia/Un. de Pádua, Luís Alberto De Boni/Un. do Porto, Johnny Taliateli do Couto/Un. Federal de Goiás, José Maria da Silva Rosa/Un. da Beira Interior, Armênia Maria de Souza/Un. Federal de Goiás, Esteban Sarasa Sánchez/Un. Zaragoza, José Jivaldo Lima/Un. Federal de Goiás brindam-nos nessa obra com a publicação de profícuos estudos, bem como com a tradução de alguns dos principais documentos escritos durante os pontificados de Bonifácio VIII (1235-1303) e João XXII (1249-1334). Os autores também trazem a lume documentos produzidos por seus principais antagonistas, quais sejam: Filipe IV (1268-1314) rei de *Frância* (a fim de não cometer anacronismo, o termo adotado pelo autor para designar o reino da França à época é *Francia*) e Luís IV (1282-1347) da Baviera, enfocando a celeuma entre as relações de poder e a teoria política na Idade Média.

Na presente publicação, o leitor interessado no tema poderá, ainda, ampliar seus conhecimentos a partir do que foi anteriormente tratado por José Antônio de C. R. de Souza e João Morais Barbosa, no IV capítulo de *O Reino de Deus e o reino dos homens: As relações entre os poderes espiritual e temporal na Baixa Idade Média, (da Reforma Gregoriana a João Quidort)*, Porto Alegre, EdiPUCRS, 1997 e Bernardo Bayona Aznar que publicou, *Religión y poder. Marsilio de Padua, ¿La primera teoría laica del Estado?*, Biblioteca Nueva/Prensas Universitárias de Zaragoza, 2007. Também examinando temática conexas, José Antônio de Camargo R. Souza publicou *As relações de poder na Idade Média Tardia: Marsílio de Pádua, Álvaro Pais, e Guilherme de Ockham*. Porto Alegre: Est, 2009, livros estes que se articulam com a presente obra, que verticaliza algumas das reflexões atinentes a esse campo. Esse lançamento tem, entre outros objetivos, instigar o estudioso à análise das diferentes ideias sobre o poder temporal e espiritual, no contexto das querelas envolvendo os referidos papas e seus adversários.

Nesta obra, as Fontes ocupam espaço privilegiado, precedidas por dois capítulos introdutórios que apresentam uma contextualização dos personagens Bonifácio VIII (Parte I) e João XXII e dos seus principais oponentes (Parte II). Os demais capítulos correspondem à documentação produzida durante o pontificado destes dois papas, encabeçados por uma breve crítica interna, sugerindo

temas de investigação para pesquisadores que se interessem por tal temática. Os textos arrolados foram escritos por distintos pensadores, alguns deles identificados, outros anônimos, tendo em comum a reflexão sobre aspectos do poder espiritual ou do poder temporal no período aqui considerado.

Importante ressaltar que o arcabouço retórico e a fundamentação argumentativa de ambos os discursos estão ancorados nas Sagradas Escrituras, na Patrística, nas filosofias neoplatônica e aristotélica e nos direitos canônico e romano.

O livro está organizado em duas partes, acrescidas de uma rica apresentação com informações relevantes acerca da importância do tema e das investigações que vêm sendo feitas e publicadas nesta subárea do conhecimento. A primeira parte, contendo seis capítulos, trata do conflito político-ideológico entre o Papa Bonifácio VIII e Felipe IV da *Frância*. O conceito chave, hierocracia, que norteia as análises, está relacionado à concepção de que o Sumo Pontífice detém o poder pleno sobre as esferas espiritual e temporal na Cristandade. No entanto, a presente obra destaca que, mesmo no interior da Igreja, tal concepção não representou unanimidade no pensamento cristão nos séculos XIII e XIV. Em face desse ideal, no primeiro capítulo, Luís Alberto De Boni, após uma breve exposição conceitual da noção de *plenitudo potestatis* e da atuação política de todos os papas do século XIII, discorre sobre a trajetória política de Benedetto Caetani até ascender ao Papado e, posteriormente, analisa minuciosamente sua atuação, em particular a querela entre ele e Felipe IV, bem como o protagonismo de seus respectivos assessores. Salienta, por exemplo, o papel dos ex cardeais Colonna, que tentaram levar Bonifácio VIII a julgamento em *Frância* e a invalidar sua eleição pontifícia, sob a acusação de ter forçado a renúncia de seu antecessor, Celestino V (1294) e tê-lo mantido prisioneiro no castelo de Fumoni, na cidade de Agnani, até sua morte, em 19 de maio de 1296.

Os capítulos que se seguem à Parte I são dedicados sequencialmente aos seguintes aspectos: capítulo dois, de Johnny Taliateli do Couto, reporta-se ao *Antequam essent clerici*, opúsculo anônimo produzido na corte de Filipe «O Belo», em resposta à bula *Clericis laicos* e à bula *Ineffabilis amoris dulcedine*, e em defesa do direito do rei franco a legislar para o seu reino, principalmente em caso de necessidade de tributar os clérigos e as suas propriedades (essa tributação estava proibida por alguns cânones, promulgados por Inocêncio III durante o IV Concílio de Latrão, 1215); o terceiro capítulo, escrito por José Antônio de C. R. de Souza, discorre sobre a noção de *Plenitudo Potestatis Papalis*, isto é, sobre o poder pleno do Sumo Pontífice, explicitada por Tiago de Viterbo (1255-1307), no capítulo nono da segunda parte do seu tratado *Sobre o governo cristão*; o quarto capítulo, de autoria de José Maria Silva Rosa, contempla o tratado *Rex Pacificus*, de autoria anônima, o qual contém um «elogio à realeza» e ao seu poder; o quinto capítulo, elaborado por José Antônio de C.R. de Souza, examina a *Quaestio in Utramque Partem*, texto anônimo e sem datação expressa, que

defende a tese de que os poderes temporal e espiritual são distintos e visam a fins diversos; logo, por essas razões, nenhum deve intervir no âmbito de atuação do outro.

Finalizando esta parte, Esteban Sarasa Sánchez discorre sobre o governo de Jaime II de Aragão (1291-1327), irmão da rainha Santa Isabel de Portugal, salientando, entre outros aspetos, um desdobramento do tema central do livro, a supressão dos Templários, em seu reino, imposta por Clemente V (1305-1314), sob o «jugo» de Felipe IV, e outras questões políticas, não menos importantes, como a criação do Estudo Geral de Lérida e a devolução da Sicília a Bonifácio VIII, em troca da Sardenha e da Córsega.

A segunda Parte está organizada em cinco capítulos e segue a mesma dinâmica da Primeira. Dedicase ao período de João XXII, cujo pontificado foi marcado por uma contenda com Luís IV da Baviera, semelhante àquela sob Bonifácio VIII e rei franco, em relação à *plenitudo potestatis papalis*. No capítulo primeiro, Armênia Maria de Souza faz uma introdução ao tema com uma explanação sobre o contexto da Cristandade no início do século XIV e a trajetória de Jacques Duèse de Cahors, que se tornou o papa João XXII, em 1316, após a realização de um conclave, perpassado por conflitos e reviravoltas políticas no Sacro Colégio entre os cardeais italianos, gascões e franceses. As divergências entre o Sumo Pontífice e os frades Menores culminaram na condenação dos *Espirituais* como hereges. Por fim, a obra examina as afirmações contraditórias de João XXII, acerca da *visão beatífica*, ao afirmar «que as almas dos fiéis defuntos, inclusive as dos santos, só iriam fruir da vida eterna e ver Deus, face a face, somente após o Juízo Final».

O embate entre os poderes espiritual e temporal, reiterado no capítulo dois, se inicia com o *Cunctos Populos*, decreto de deposição do Papa João XXII, por iniciativa de Luís IV da Baviera. A explicitação do documento, elaborada por José Antônio de C. R. de Souza, contextualiza o confronto entre o papa e o imperador, detalhando os aspetos formais e de estrutura da fonte documental. As principais acusações nela contidas são de heresia, relacionada à propriedade e à pobreza evangélica, baseada na afirmação de «que Jesus e os Apóstolos não foram totalmente pobres», o que, certamente, alimentou querelas à época de sua veiculação.

O capítulo terceiro, é da autoria de Bernardo Bayona Aznar, analisa *O Tratado sobre o Governo Temporal* do menorita Francisco de Mayronis (1285-1328). A política defendida nesse tratado centra-se na doutrina da plenitude do poder papal e reafirma a subordinação do poder temporal ao espiritual. O quarto capítulo, também redigido por Bayona Aznar, analisa a *Confutação dos Erros de Alguns Mestres*, de autoria do carmelita Guido Terrena (1270-1342), que refuta as “heresias” de Marsílio de Pádua acusando-o de defender ideias contrárias à hierocracia e com fundamentação nos Evangelhos e na Patrística. Afirma que

Marsílio «[...] tinha se posto ao serviço de um inimigo político e militar, tão poderoso como o Imperador, algumas teses corrosivas do Papado [...]».

O quinto e último capítulo, de José Jivaldo Lima, trata do opúsculo *De Potestate Ecclesiae*, cuja tradução para o português é inédita e a autoria não identificada. O documento possui como principal fonte as Sagradas Escrituras e pressupõe a ideia de que a Igreja precede os reinos e impérios, pois a criação destes é atribuída pelo autor anônimo a Nemrod e associada à idolatria; portanto, o gládio espiritual seria superior ao temporal. A tese fundamental do opúsculo é a de que a Igreja, na pessoa do Sumo Pontífice, detém o poder temporal e espiritual desde a sua gênese. A originalidade desta fonte, conforme Lima é a fundamentação da hierocracia exclusivamente nas Escrituras Sagradas, a qual tem como objetivo «a salvação dos fiéis e a beatitude celeste».

Diante do ineditismo e da envergadura dos documentos e temas aqui tratados, reiteramos que a seleção de estudos reunida neste livro possui uma relevância fundamental para a continuidade das investigações acerca da Política e Relações de Poder na Idade Média. Ademais, esse livro instiga e incentiva, sobremaneira, os novos pesquisadores, particularmente pela tradução do latim para o português das Fontes, acrescidas de uma prévia análise documental, apontando inúmeras perspectivas de pesquisas.

NEZIVÂNIA XAVIER FREITAS

Programa de Pós-Graduação em História

Sapientia: Laboratório de Estudos em Idade Média e Moderna

nxavierfreitas@gmail.com